

CAPÍTULO 1

Como estão as desigualdades e o bem-estar urbano?

Desemprego e pobreza em Porto Alegre

ANDRÉ RICARDO SALATA
DAIANE BOELHOUWER MENEZES
JUDITE SANSON DE BEM

Introdução

Em um país com as dimensões do Brasil, podemos analisar as desigualdades a partir de inúmeros recortes geográficos. Normalmente tratamos delas no conjunto do país, o que reflete tanto as disparidades no interior de cada região geográfica, estado ou município, quanto às enormes distâncias socioeconômicas entre os mesmos. Longe dos laboratórios de dados, aos cidadãos em seu cotidiano, algumas dessas disparidades são mais visíveis do que outras. Por exemplo, a distância socioeconômica que separa os moradores da Restinga – conhecido bairro de perfil popular, no Município de Porto Alegre – dos moradores do Moinhos de Vento – uma de suas áreas mais nobres – sem dúvida não passa despercebida aos olhos dos moradores da capital do Rio Grande do Sul. Diferentemente, a desigualdade entre moradores da região Norte e da região Sul do país é conhecida, mas não faz parte do cotidiano dos moradores de Porto Alegre. Do ponto de vista sociológico, portanto, é muito pertinente analisar as desigualdades a partir de recortes menores. No caso, estamos interessados nas desigualdades internas do Município de Porto Alegre, seja refletida pelos rendimentos derivados do mercado de trabalho, seja relativa às condições de bem-estar urbano, que variam de acordo com as faixas de renda, gênero, raça etc.

O capítulo está dividido em três seções, além desta Introdução. Na primeira seção analisamos a desigualdade de rendimentos em Porto Alegre, com foco nos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a distância entre os estratos superiores e inferiores da população. Na segunda seção analisaremos indicadores relacionados ao mercado de trabalho de Porto Alegre naquele período, dado que em grande medida os efeitos da pandemia se deram por meio da queda de rendimentos do trabalho. Por fim, na terceira seção exploramos dados do Cadastro Único a fim de aprofundar nosso

entendimento da população vulnerável em Porto Alegre, cujo crescimento nos últimos anos foi expressivo.

Desigualdade de rendimentos em Porto Alegre/RS

Nesta seção, o recorte temporal se inicia no ano de 2016, indo até o primeiro trimestre de 2022 – último período para o qual temos dados disponíveis até o momento em que escrevemos este capítulo. No que concerne às desigualdades de rendimentos, no âmbito nacional o ano de 2015 foi um ano de inflexão, que interrompeu a tendência de queda na desigualdade que vinha sendo observada desde a primeira década do presente século (Barbosa *et al.*, 2010). Do ponto de vista da atividade econômica, após um ciclo de bonança, em 2015 e em 2016 a variação do Produto Interno Bruto (PIB) foi negativa, ficando em -3,5% e -3,3%, respectivamente, inaugurando assim um novo ciclo. E, do ponto de vista político, 2015 foi um ano de forte agitação contra o governo federal – então chefiado pela presidente Dilma Rousseff (PT) –, que culminou no *impeachment* de 2016. Ou seja, no campo político, econômico e, também, no que tange à tendência da curva de desigualdades, 2016 é o ano que consolida nossa entrada em um novo ciclo, e por essa razão será tomado aqui como ponto de partida em nossa análise.

Como fonte de dados¹, utilizamos a divulgação trimestral da PNAD contínua (IBGE), que nos fornece os dados mais atualizados. O preço a pagar por isso, no entanto, é que temos acesso apenas aos rendimentos do trabalho (formal e/ou informal), não incluindo, portanto, os rendimentos de outras fontes – estes presentes na divulgação anual, cujos dados são divulgados com maior atraso. De todo modo, é importante lembrar que, em média, os rendimentos do trabalho correspondem a mais de 70% dos rendimentos totais dos domicílios brasileiros. Ou seja, o que acontece na distribuição dos

¹ Esta seção faz uso de dados previamente tabulados por Salata e Ribeiro (2022).

rendimentos do trabalho tem forte impacto sobre a distribuição dos rendimentos totais e, portanto, no bem-estar das famílias².

Medidas de desigualdade

O Coeficiente de Gini mede o grau de distribuição de rendimentos entre os indivíduos de uma população, variando de 0 a 1. O valor 0 representa a situação de completa igualdade, em que todos teriam a mesma renda, e o valor 1 representa uma situação de completa desigualdade, em que uma só pessoa deteria toda a renda. Dessa forma, é possível comparar a desigualdade entre dois momentos ou locais a partir desse coeficiente. Na Figura 1 temos a evolução dessa medida para o Município de Porto Alegre/RS entre o primeiro trimestre de 2016 e o mesmo trimestre de 2022. Como os dados são apresentados em termos de média móvel – para os quatro últimos trimestres –, variações pontuais são atenuadas, e as tendências sazonais são eliminadas.

No geral, o que observamos é um aumento significativo das desigualdades no período. Se no início da série o Gini estava em 0,590, no final se encontrava em 0,631. Para uma escala que varia entre 0 e 1, trata-se de uma elevação bastante considerável, de 0,04 pontos, ocorrida em um intervalo de apenas seis anos. Tal aumento se deu mais fortemente até o início de 2017, assumindo

² Por estarmos trabalhando somente com os rendimentos do trabalho, é preciso cautela na interpretação dos dados. Apesar de a renda do trabalho corresponder a mais de 70% dos rendimentos totais, seu peso relativo não é homogêneo entre os diferentes estratos. Por essa razão, a desigualdade calculada somente a partir dessa fonte de rendimentos tende a ser maior do que a desigualdade calculada por meio dos rendimentos totais. Também por isso, a própria evolução das desigualdades é diferente quando consideramos os demais tipos de rendimento. Conforme algumas análises recentes já demonstraram para o conjunto do país, os rendimentos de outras fontes, como de políticas sociais de transferência de renda, têm sido capazes de compensar, ao menos em parte, o aumento das desigualdades na distribuição dos rendimentos do trabalho. Portanto, é muito importante frisar que os dados aqui apresentados mostram qual o nível e evolução das desigualdades resultantes da dinâmica do mercado de trabalho.

capítulo 1 | Como estão as desigualdades e o bem-estar urbano?
Desemprego e pobreza em Porto Alegre

uma velocidade menor a partir daí até o início de 2020, quando chegou a 0,636. Vieram, então, os efeitos da pandemia provocada pela Covid-19, e com isso o Gini sobe rapidamente para o valor de 0,667, alcançando o pico da série no quarto trimestre de 2020. Com a vacinação e a retomada gradual do nível de atividade econômica, a desigualdade assume tendência de queda no final da série, voltando a valores próximos dos de 2019.

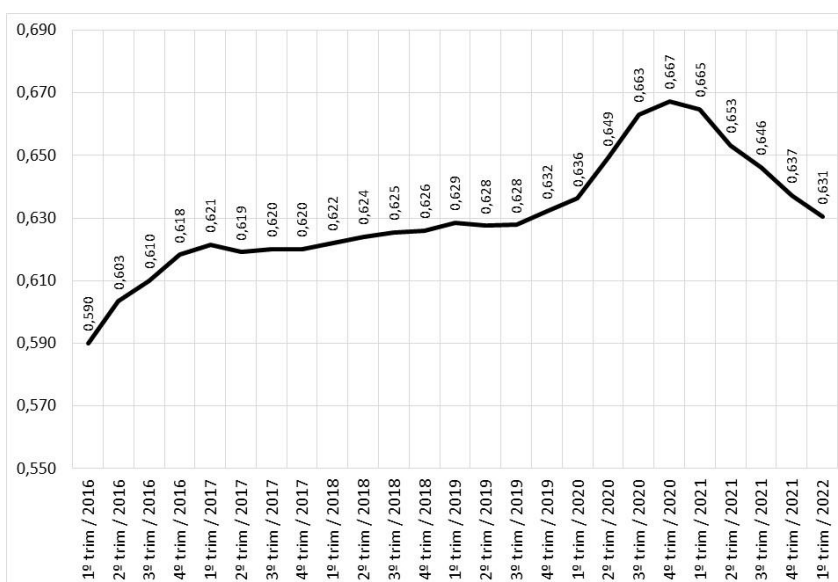


Figura 1 - Evolução da média móvel (quatro trimestres) do coeficiente de Gini* - Porto Alegre/RS.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.
 Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual mensal bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).

Por mais conhecido que seja, o Coeficiente de Gini é apenas uma das possíveis medidas de desigualdade; e uma de suas principais características é o fato de o Gini ser mais sensível a transferências ocorridas entre pessoas mais próximas do centro da distribuição do que entre pessoas que se situam nos extremos dessa distribuição (MEDEIROS, 2012). Por essa razão, e como

capítulo 1 | Como estão as desigualdades e o bem-estar urbano?
Desemprego e pobreza em Porto Alegre

a distribuição de renda no Brasil é fortemente caracterizada pela concentração no topo da pirâmide (HERCULANO, 2016), é conveniente complementarmos a análise utilizando outras medidas. Como alternativa, então, na Figura 2 temos a razão entre a média de renda dos 10% mais ricos e a média de renda dos 40% mais pobres no Município de Porto Alegre/RS. Quanto maior o valor, maior a distância entre o topo e a base da distribuição.

As tendências observadas são muito similares às aquelas verificadas para a figura anterior. No primeiro trimestre de 2016 os mais ricos tinham renda média 25,7 vezes àquela dos mais pobres. Seis anos depois, em 2022, essa diferença havia subido para 40,9 vezes, tendo passado por um pico de 63,1 vezes no auge da pandemia – no primeiro trimestre de 2021. É alarmante o grau de desigualdades que encontramos dentro de um mesmo município, assim como sua tendência de aumento ao longo dos últimos anos.

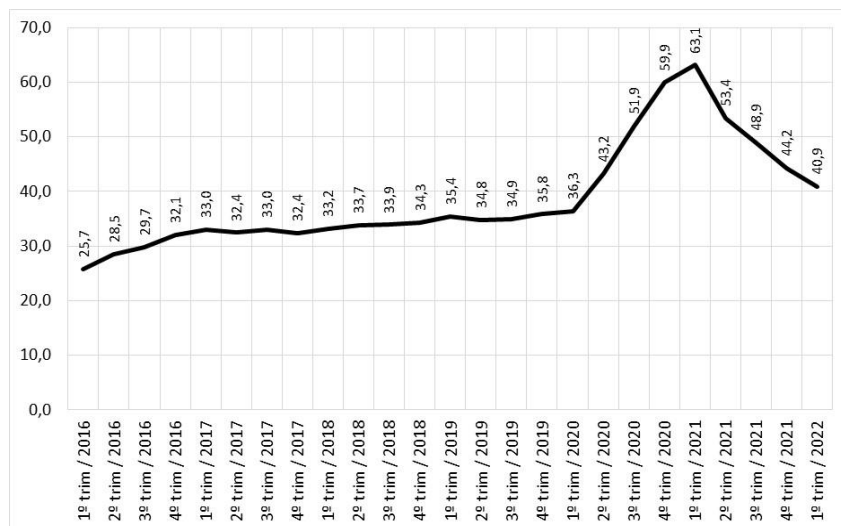


Figura 2 - Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Porto Alegre/RS.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.
 Nota: (*) Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual mensal bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA)

Estratos de rendimento

Medidas de desigualdade como o Coeficiente de Gini e/ ou as razões de renda entre estratos são insensíveis ao nível da distribuição. Na prática, isso significa que a desigualdade pode estar subindo em um cenário onde todos os estratos estão sofrendo aumento em seus rendimentos absolutos; ou, então, que a desigualdade pode estar caindo em meio a uma sociedade em que todos os estratos estão ficando mais pobres. Nesse sentido, é importante olharmos também para os níveis de rendimento, a fim de melhor compreender o contexto e as mudanças socioeconômicas que estamos analisando. A Figura 3 traz a média geral dos rendimentos em Porto Alegre/RS, para todos os estratos em conjunto.

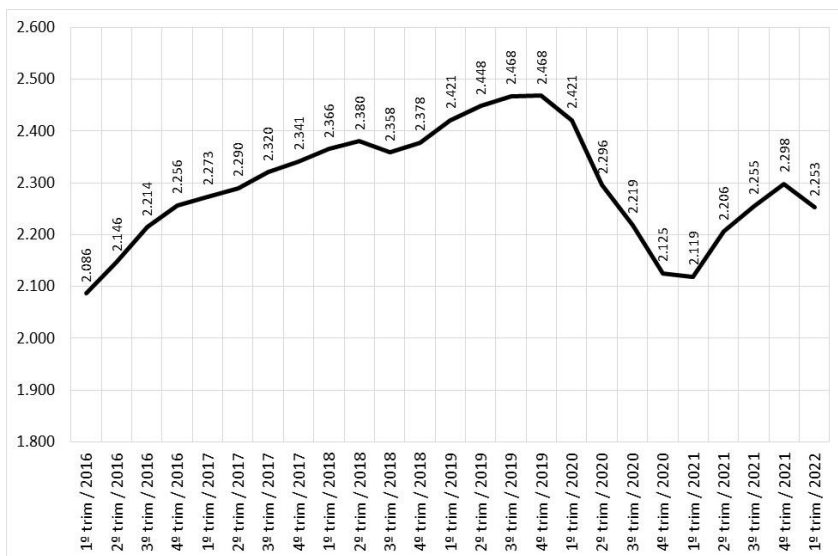


Figura 3 - Evolução da média móvel (quatro trimestres) do rendimento domiciliar per capita do trabalho* - Porto Alegre/RS.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.
 Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual mensal bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).

capítulo 1 | Como estão as desigualdades e o bem-estar urbano?
Desemprego e pobreza em Porto Alegre

É interessante perceber que, até o ano de 2019, a tendência de aumento das desigualdades caminhava junto com o aumento da média de rendimentos. Ou seja, o volume de recurso aumentava, e a sua distribuição piorava. Na Figura 3 vemos que entre o primeiro trimestre de 2016 e o quarto trimestre de 2019 a renda média subiu de R\$2.086 para R\$2.468. Mas, ao analisar somente a renda dos 40% mais pobres, a Figura 4 mostra uma tendência de queda, com os rendimentos caindo de R\$353 para R\$326 no mesmo período. Portanto, os benefícios do crescimento da renda naquele período se concentraram principalmente nos estratos superiores.

A partir de 2020, entretanto, enquanto a desigualdade sobe bruscamente, a renda média sofre queda acentuada, chegando ao valor de R\$2.119 no início de 2021. Conforme esperado, a crise provocada pela pandemia de Covid-19 fez cair os rendimentos de todos os estratos, mas afetou mais fortemente os que estão na base da pirâmide. Entre o primeiro trimestre de 2020 e o mesmo trimestre de 2021, a renda dos mais pobres caiu quase pela metade (47%), indo de R\$320 para R\$169. No mesmo período, a renda dos 10% mais ricos foi reduzida em 7,9%, caindo de R\$11.623 para R\$10.694. Como resultado, naquele momento tínhamos uma conjuntura de queda da renda (Figura 3) com aumento das desigualdades (Figuras 1 e 2), já que proporcionalmente eram os mais pobres que mais perdiam.

capítulo 1 | Como estão as desigualdades e o bem-estar urbano?
Desemprego e pobreza em Porto Alegre

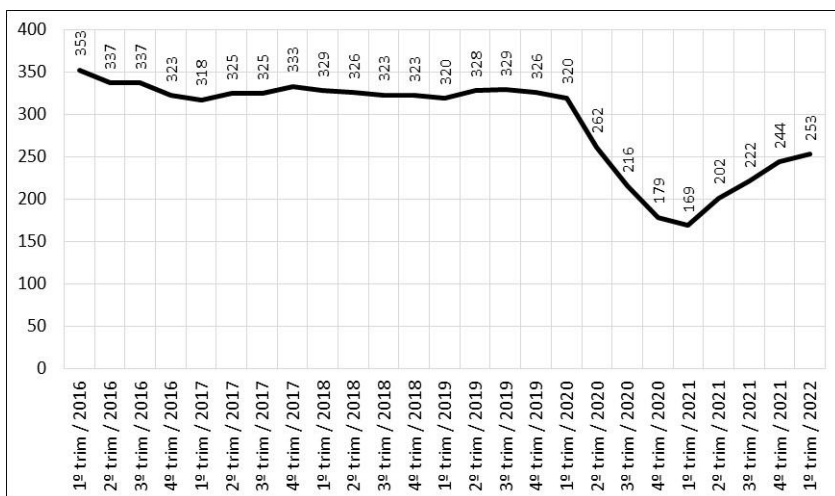


Figura 4 - Evolução da média móvel (quatro trimestres) dos 40% mais pobres* - Porto Alegre/RS.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria. Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual mensal bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).

Com a vacinação e a conseqüente retomada da economia, desde o primeiro trimestre de 2021 a renda dos mais pobres vem se recuperando, e no início de 2022 alcançou o valor de R\$253, conforme pode ser verificado na Figura 4. Ainda é uma cifra 21,9% menor do que a encontrada no período pré-pandêmico, mas já significativamente superior àquela que vimos no auge da pandemia.

Vulnerabilidade

Como dissemos, a renda do trabalho aqui examinada está longe de esgotar todas as fontes de rendimento dos domicílios – que muitas vezes contam também com aposentadorias, pensões, programas de transferência, seguro-desemprego etc. Ao mesmo tempo, a renda do trabalho é, na média, responsável pela maior fração dos rendimentos domiciliares, o

capítulo 1 | Como estão as desigualdades e o bem-estar urbano?
Desemprego e pobreza em Porto Alegre

que significa que domicílios com baixos níveis de rendimentos provenientes do trabalho precisam contar com outras fontes de renda para garantirem um dado nível de bem-estar. Nesse sentido, poderíamos dizer que esses domicílios estariam em uma situação mais vulnerável que aqueles com maior volume de rendimentos do trabalho.

A fim de medir a fração de domicílios com baixos níveis de rendimento do trabalho, tomamos como referência o valor do salário mínimo de cada período, e calculamos o percentual de domicílios cuja renda *per capita* seria inferior a um quarto do valor do salário mínimo vigente. Os resultados estão graficamente expressos na Figura 5.

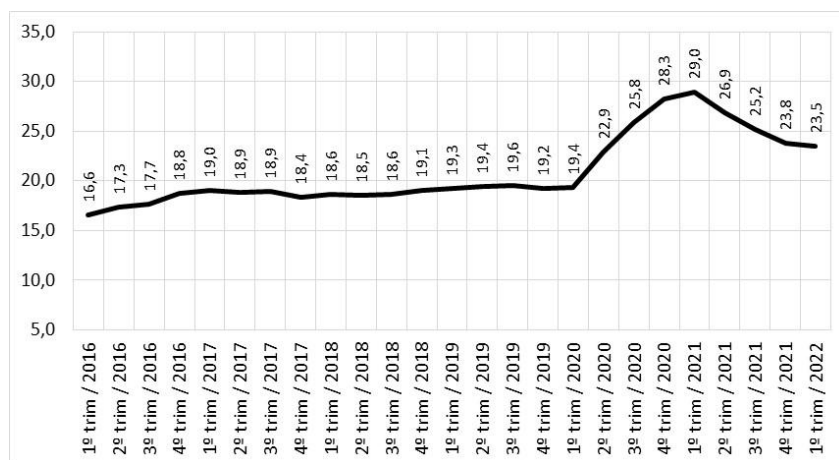


Figura 5 - Média móvel (quatro trimestres) dos indivíduos vivendo em domicílios com rendimento* per capita de até em quarto do salário mínimo - Porto Alegre/RS (%).

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.
 Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual mensal bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).

Assim como acontece para medidas como a taxa de pobreza, o percentual de domicílios com renda inferior ao valor definido (um quarto do salário mínimo) irá variar de

acordo com o nível de rendimentos – indicado pela renda média – e sua distribuição – indicada pelas medidas de desigualdade (BARROS *et al.*, 2000). Contextos de crescimento da renda e redução das desigualdades tendem a fazer aquele percentual diminuir, enquanto queda da renda e elevação das desigualdades o fazem subir. Entre 2016 e 2020, como vimos, tivemos um aumento tanto da renda média quanto das desigualdades, e o rendimento dos mais pobres teve leve tendência de queda. Como consequência, houve aumento moderado do percentual de domicílios abaixo da linha de um quarto do salário mínimo. Se, em 2016, eram 16,6%, no início de 2020 eram 19,4%. Portanto, mesmo em um cenário de aumento da renda média, houve incremento no percentual de domicílios com baixo nível de renda do trabalho – já que foram os estratos superiores que mais se beneficiaram daquele crescimento.

Com a pandemia houve forte queda da renda e aumento acentuado das desigualdades. Consequentemente, a proporção de domicílios em situação de vulnerabilidade sobe de 19,4% para 29% entre o início de 2020 e o início de 2021. Assim, em apenas um ano constatamos um aumento de 10 pontos percentuais nos domicílios em situação de vulnerabilidade. No primeiro trimestre de 2022, em Porto Alegre, são 341.634 pessoas vivendo em domicílios nessa situação.

Movimentação do emprego

Essas diferentes desigualdades entre os indivíduos decorrem de situações diversas, incluindo as possibilidades de colocação no mercado de trabalho. Uma das primeiras variáveis a serem sentidas negativamente, com a pandemia, foi o emprego. Em Porto Alegre, observou-se ao longo dos dois

capítulo 1 | Como estão as desigualdades e o bem-estar urbano?
Desemprego e pobreza em Porto Alegre

anos analisados que houve uma variação muito significativa nesse indicador social, sobretudo no período de maior inflexão (março a junho de 2020).

É interessante comparar os dados pré-pandemia (primeiro trimestre de 2020) e do primeiro trimestre de 2021, quando a situação sanitária estava com perspectivas de controle devido à vacina e exerceu alguma influência nas desigualdades.

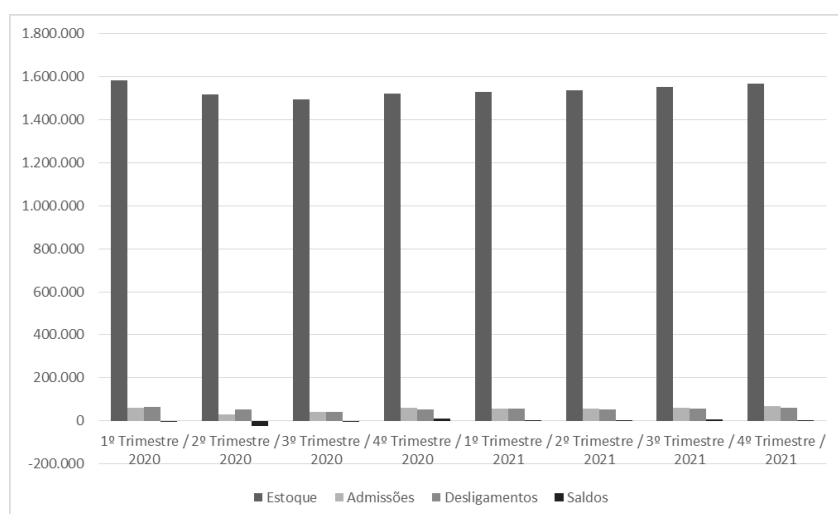


Figura 6 - Movimento de emprego em Porto Alegre - 2020 e 2021.

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Tabulação própria.

Verificou-se, em 2020, ajustes negativos no que se refere a fortes pressões de desligamentos de mão de obra, sobretudo março, abril e maio, e recuperação parcial no final do ano, quando havia a expectativa de que a pandemia havia sido contida. No entanto, em 2021 houve um retrocesso e o movimento de emprego não manteve a mesma força de outubro e novembro de 2020, embora tenha sido positivo em praticamente todo o período.

capítulo 1 | Como estão as desigualdades e o bem-estar urbano?
Desemprego e pobreza em Porto Alegre

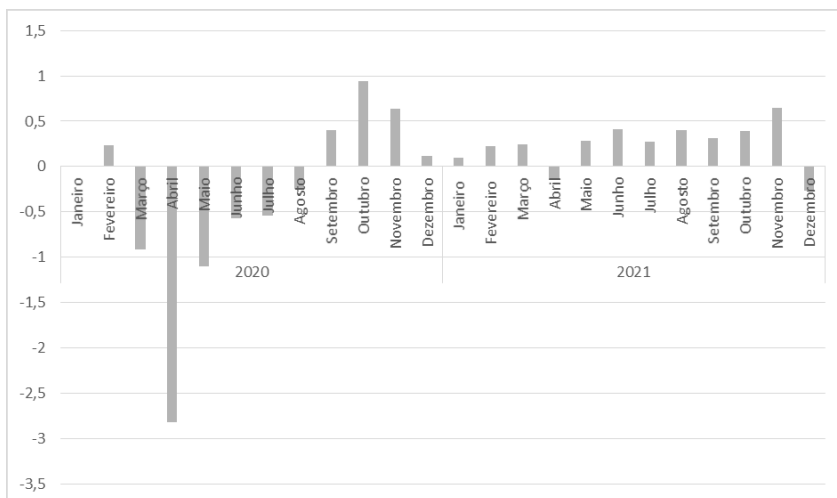


Figura 7 - Variação nos movimentos de emprego - 2020 /2021.

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Tabulação própria.

O perfil dos vulneráveis

Ainda é possível explorar mais especificamente a população vulnerável de Porto Alegre, por meio dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Esse cadastro auxilia na identificação e na caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, podendo ser utilizado para diversas políticas e programas sociais voltados a esse público. Por meio dele, é possível conhecer as principais necessidades e potencialidades da parcela mais pobre e vulnerável da população (BRASIL, 2018).

Embora existam ressalvas referentes à atualização de seus dados³, trata-se de um instrumento capaz de apontar demandas

³ Ocorre, no máximo, em 24 meses da última entrevista (prazos flexibilizados durante a pandemia) ou quando houver mudanças em informações como composição familiar, endereço, renda, documentação da pessoa de referência da família, série escolar, ou mudança de escola.

capítulo 1 | Como estão as desigualdades e o bem-estar urbano?
Desemprego e pobreza em Porto Alegre

já mapeadas e executar políticas públicas que atendam a essas necessidades. Isto é, são cidadãos cuja localização e necessidade os gestores municipais, estaduais e federais têm acesso e podem desenvolver ações para combater as desigualdades.

As duas bases aqui utilizadas, fevereiro de 2020 e fevereiro de 2022, apontam que, no RS, o número de pessoas cadastradas cresceu 15%. Em Porto Alegre esse crescimento foi menor, de 10,5%. A proporção do Cadastro Único que era pobre e extremamente pobre em 2020 é menor do que em 2022 (51,6% *versus* 54,6%), isso apesar de esses valores da linha da pobreza terem sido corrigidos abaixo da inflação⁴.

Porém, notou-se um padrão diferente de manutenção de cadastros desatualizados nas bases. Em Porto Alegre, 14% dos cadastros estavam desatualizados há mais de 24 meses em fevereiro de 2020, ao passo que mais da metade estavam desatualizados (51%) em fevereiro de 2022. Juntando somente os cadastros atualizados há até 2 anos das duas bases (prazo regular), eliminando os duplicados que foram atualizados ao longo desse período, restam 38% de cadastros novos ou atualizados no último ano, 11% no período que compreendeu fevereiro de 2020 a fevereiro de 2021, 31% entre esses meses de 2019 a 2020 e 20% entre 2018 e 2019.

Os novos cadastros realizados entre fevereiro de 2019 e fevereiro de 2021 foram em sua maioria de pessoas com uma renda *per capita* maior e não de pobres e extremamente pobres, como no ano anterior a esse período e no posterior. Isto é, não se tratou de uma característica específica do primeiro ano de pandemia, mas que já vinha do ano anterior, possivelmente em decorrência da crise pela qual a economia do país vinha passando.

⁴ De 2003 a abril de 2006, as linhas de corte de extrema pobreza e pobreza eram de R\$50 e R\$100. Alteraram-se sete vezes (MARSON, 2018). Os R\$50 de outubro de 2003 equivaleriam hoje, corrigidos pelo IPCA, a R\$138. Os novos pontos de corte são R\$105 e R\$201.

Entre os cadastros que foram atualizados, a mudança de perfil foi mais explícita apenas no primeiro ano da pandemia (aquele para qual houve menos movimentação no cadastro, em decorrência das políticas de isolamento e do combate a questões mais emergenciais de segurança alimentar, por exemplo), no mesmo sentido dos cadastros novos também.

Essa incorporação de pessoas com maior renda devido à crise e à pandemia, entre fevereiro de 2019 e fevereiro de 2021, pode fazer com que alguns indicadores apresentem melhoras proporcionais ilusórias. Também devido à situação de pandemia, seria injusto lidar apenas com os cadastros atualizados há dois anos. Logo, optou-se por apresentar a distribuição de alguns indicadores que compõem índices sobre qualidade das habitações e de bem-estar utilizando os cadastros novos e atualizados realizados nos três anos anteriores à última base de referência (fevereiro de 2022), eliminados os cadastros duplicados.

Ao fim, temos uma base de 184.600 pessoas (das quais 70.042 foram atualizadas nesse período) ou 94.058 famílias residentes em Porto Alegre. A população da cidade em 2020 era estimada em 1.453.230, dividida em 46% de homens e 54% de mulheres (RIO GRANDE DO SUL, 2020). Dessa forma, as estatísticas apresentadas abaixo representam cerca de 15% da população de Porto Alegre, parte significativa daqueles mais vulneráveis.

Componentes do déficit habitacional

Atualmente, o cálculo do déficit habitacional da FJP se dá predominantemente com base nos dados da PNADC (mas também no CadÚnico no caso dos domicílios improvisados). Houve algumas mudanças (FJP, 2021a), mas os componentes usados anteriormente podem ser encontrados no Cadastro Único, que pretende identificar as pessoas que possuem renda *per capita*

capítulo 1 | Como estão as desigualdades e o bem-estar urbano?
Desemprego e pobreza em Porto Alegre

de até meio salário mínimo ou renda total de até três salários, público que corresponde a cerca de 88% do déficit mapeado (FJP, 2021b), tal qual fizeram o IJSN (2019) e o IMC (LIMA; PRADO; CARDOSO, 2109).

No total (Tabela 1), o ônus excessivo com o aluguel é o componente mais significativo de déficit (17,6% dos domicílios do CadÚnico se encontram nessa situação), seguido dos domicílios rústicos (6,9%). Um pouco mais de mulheres encontra-se, proporcionalmente, fora de uma situação de déficit habitacional (72,6%) do que homens (71,3%).

	Homens		Mulheres		Total	
	N.	%	N.	%	N.	%
Déficit não identificado	64.713	71,3%	93.184	72,6%	157.897	72,1%
Domicílios improvisados	2.419	2,7%	1.440	1,1%	3.859	1,8%
Domicílios rústicos	6.428	7,1%	8.694	6,8%	15.122	6,9%
Cômodo	1.363	1,5%	1.502	1,2%	2.865	1,3%
Ônus excessivo	15.488	17,1%	23.050	18,0%	38.538	17,6%
Adensamento excessivo	369	0,4%	472	0,4%	841	0,4%
Total	90.780	100,0%	128.342	100,0%	219.122	100,0%

Tabela 1 - Pessoas identificadas no CadÚnico em algum componente de déficit habitacional - Porto Alegre por sexo (fev. 2019 a fev. 2022).

Percebe-se que os domicílios improvisados (somados às pessoas em situação de rua que não foram associadas a domicílios permanentes, improvisados ou coletivos), são mais frequentes entre os homens (2,7% da população do CadÚnico) do que entre as mulheres (1,1%), ao passo que o ônus excessivo com o aluguel é um pouco maior entre as mulheres do CadÚnico (18% versus 17,1%).

Como era de se esperar, pessoas com maior renda estão em maior proporção fora do déficit habitacional (Tabela 2). Os domicílios improvisados, rústicos e de cômodo têm maior proporção entre os extremamente pobres, porém, o ônus excessivo com o aluguel é proporcionalmente maior entre os pobres e o

capítulo 1 | Como estão as desigualdades e o bem-estar urbano?
Desemprego e pobreza em Porto Alegre

adensamento excessivo, entre aqueles com baixa renda e com renda *per capita* acima de meio salário mínimo.

	Extremamente pobres	Pobres	Baixa renda	Acima de 1/2 S.M.
Déficit não identificado	68,7%	70,2%	74,4%	82,3%
Improvizado	2,5%	0,9%	0,5%	1,0%
Rústico	8,7%	6,3%	4,8%	3,1%
Cômodo	1,7%	0,9%	0,6%	1,1%
Ônus excessivo	18,4%	21,4%	18,6%	11,7%
Adensamento excessivo	0,0%	0,4%	1,1%	0,9%

Tabela 2 - Pessoas identificadas no CadÚnico em algum componente de déficit habitacional - Porto Alegre por faixa de renda (fev. 2019 a fev. 2022).

Por fim, os brancos têm maior proporção de pessoas não enquadradas como vivendo em situação de déficit habitacional – 73,8% (Tabela 3). No outro extremo encontram-se os indígenas (61,7%) – população que tem especificidades, com algumas etnias podendo ter moradias enquadradas como rústicas (22,1% ante a 8% ou menos no caso das demais raças) ou de cômodo e mesmo assim serem consideradas satisfatórias. No entanto, isso não se justifica para o caso dos domicílios improvisados, onde eles também possuem a maior proporção de pessoas (2,8% *versus* 1,5% dos brancos).

	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Déficit não identificado	73,8%	69,4%	70,6%	69,8%	61,7%
Improvizado	1,5%	2,1%	1,3%	2,0%	2,8%
Rústico	6,2%	7,4%	7,1%	8,0%	22,1%
Cômodo	1,1%	1,6%	2,4%	1,7%	1,6%
Ônus excessivo	16,9%	19,1%	18,3%	18,2%	11,8%
Adensamento excessivo	0,4%	0,4%	0,3%	0,4%	0,1%

Tabela 3 - Pessoas identificadas no CadÚnico em algum componente de déficit habitacional - Porto Alegre por raça/cor (fev. 2019 a fev. 2022).

O ônus excessivo com o aluguel tem proporção maior de pretos (19,1%), amarelos (18,3%) e pardos (18,2%), se comparado a brancos (16,9%) e indígenas (11,8%).

Indicadores do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU)

O IBEU concebe o bem-estar dos indivíduos de áreas urbanas decorrente de condições materiais de vida a serem ofertadas pela cidade e utilizadas coletivamente (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013). Mesmo práticas individuais, como o deslocamento cotidiano em veículo próprio, dependem da infraestrutura provida e dos deslocamentos em seu conjunto.

No Cadastro Único não há informações sobre mobilidade urbana (dimensão 1), porém constam informações sobre as condições ambientais urbanas (dimensão 2), as condições habitacionais urbanas (dimensão 3), o atendimento de serviços coletivos (dimensão 4) e a infraestrutura urbana (dimensão 5). Ainda que apenas uma dimensão tenha todas as variáveis no CadÚnico, as existentes podem dar uma ideia do bem-estar urbano em Porto Alegre⁵.

Em relação às condições ambientais, há mais necessidade de intervenções relativas a valas a céu aberto do que acúmulo de lixo (Tabela 5). Homens costumam ter domicílios com essas condições ambientais ruins em maior proporção do que as mulheres. Quanto às condições habitacionais, homens também vivem com mais frequência em domicílios sem banheiro⁶ do que mulheres.

⁵ Foram excluídos das estatísticas abaixo todos os residentes em áreas rurais da cidade e os indígenas que residem em reservas.

⁶ Ainda que não seja possível calcular a densidade de menos do que quatro pessoas por banheiro, já que não consta o número de banheiros. As questões do material das paredes e de não ser casa de cômodo ou domicílio improvisado já estão contempladas no déficit e não serão retomadas.

capítulo 1 | Como estão as desigualdades e o bem-estar urbano?
Desemprego e pobreza em Porto Alegre

No que diz respeito ao atendimento de serviços coletivos, os mais satisfatórios são coleta de lixo por empresa (97,2%)⁷ e o fornecimento de água ligado à rede geral (95,8%), ficando o esgoto nessas mesmas circunstâncias mais distante (84,1%). A rede de energia com medidor, por sua vez, não alcança 60% das pessoas. Por fim, o calçamento/pavimentação total ou parcial no trecho em frente ao domicílio é realidade para 67,4% dos inscritos no Cadastro Único.

As mulheres, talvez por residirem com mais frequência com crianças e terem prioridades diversas, habitam em maior proporção domicílios em condições de bem-estar urbano um pouco melhores.

	Homem	Mulher	Total
Ausência de vala a céu aberto	90,8%	92,5%	91,8%
Ausência de acúmulo de lixo	96,7%	97,9%	97,4%
Existência de banheiro	95,0%	96,4%	95,8%
Rede geral de água	94,9%	96,4%	95,8%
Rede geral de esgoto	83,0%	84,9%	84,1%
Rede de energia (medidor)	58,2%	60,0%	59,3%
Coleta de lixo por empresa	96,4%	97,7%	97,2%
Calçamento total ou parcial	66,6%	67,9%	67,4%

Tabela 4 – Pessoas identificadas no CadÚnico em algum componente do IBEU por sexo – Porto Alegre (fev. 2019 a fev. 2022).

No que se refere à renda *per capita*, as piores condições de bem-estar urbano, em relação à média do CadÚnico, se dão entre os extremamente pobres, sobretudo no caso de medidor de energia, a diferença é de quase nove pontos percentuais. Os pobres ficam próximos da média.

⁷ Nesse caso, não há pergunta específica sobre a existência de coleta diária, mas se a coleta é feita via empresa de limpeza urbana.

capítulo 1 | Como estão as desigualdades e o bem-estar urbano?
Desemprego e pobreza em Porto Alegre

	Extremamente pobres	Pobres	Baixa renda	Acima de 1/2 S.M.	Total
Ausência de vala a céu aberto	90,1%	92,8%	95,2%	93,5%	91,8%
Ausência de acúmulo de lixo	97,1%	98,6%	99,0%	96,0%	97,4%
Existência de banheiro	94,9%	97,5%	98,5%	95,4%	95,8%
Rede geral de água	95,1%	96,9%	98,0%	95,3%	95,8%
Rede geral de esgoto	81,6%	84,2%	88,1%	88,4%	84,1%
Rede de energia (medidor)	50,8%	57,6%	68,8%	79,4%	59,3%
Coleta de lixo por empresa	96,8%	98,2%	98,8%	95,9%	97,2%
Calçamento total ou parcial	62,3%	66,8%	73,2%	78,9%	67,4%

Tabela 5 - Pessoas identificadas no CadÚnico em algum componente do IBEU por faixa de renda *per capita* - Porto Alegre (fev. 2019 a fev. 2022).

As pessoas de baixa renda têm desempenho melhor do que a média, alcançando quase 10 pontos percentuais de diferença no caso do acesso à rede de energia e seis pontos percentuais no calçamento. Quanto àqueles com renda superior a meio salário mínimo, essas diferenças se amplificam, sendo maiores também nos mesmos componentes: 20 pontos percentuais no caso da rede de energia com medidor e 12 pontos percentuais no calçamento. Os dois maiores estratos de renda também apresentam diferenças significativas na rede de esgoto, de quatro pontos percentuais da média geral.

Por fim, quanto às classificações por raça/cor, os brancos têm sempre proporções maiores nos indicadores de bem-estar urbano do que a média, destaca-se o acesso à rede de energia com medidor. Os indígenas, por outro lado, têm sempre indicadores piores⁸.

	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Ausência de vala a céu aberto	92,3%	91,3%	93,4%	90,8%	83,9%
Ausência de acúmulo de lixo	97,6%	97,2%	97,3%	97,0%	94,7%
Existência de banheiro	96,3%	95,2%	95,5%	95,2%	89,3%
Rede geral de água	96,2%	95,4%	95,5%	95,3%	90,4%
Rede geral de esgoto	84,4%	84,5%	86,8%	83,0%	74,6%
Rede de energia (medidor)	63,8%	52,9%	56,0%	52,4%	50,3%
Coleta de lixo por empresa	97,4%	96,9%	97,2%	96,8%	93,8%
Calçamento total ou parcial	68,4%	67,6%	71,0%	64,1%	58,8%

Tabela 6 - Pessoas identificadas no CadÚnico em algum componente do IBEU por raça/cor - Porto Alegre (fev. 2019 a fev. 2022).

⁸ Apesar de terem sido excluídos aqueles que moram em zonas rurais e em reservas em Porto Alegre.

A diferença entre pretos e pardos é pequena, porém, com pretos mostrando um pouco mais de acesso a alguns componentes, como calçamento (3,5 pontos percentuais a mais) ou rede geral de esgoto (1,6 ponto porcentual).

Considerações finais

A pandemia trouxe uma exacerbação de problemas que de uma forma ou outra já estavam latentes na economia brasileira, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre. No que se refere às desigualdades da renda do trabalho, verificamos um enorme salto que se deu à custa da redução da renda média dos estratos mais baixos. Como consequência, houve forte aumento da população em condição de vulnerabilidade econômica.

Na variável emprego, tanto 2020 quanto 2021 foram momentos difíceis sobretudo quando confrontados com períodos de maior contaminação e de redução de atividades como foram aqueles: julho a setembro de 2020 e março a maio de 2021, nunca desconsiderando os picos sazonais. Esses movimentos geraram alguns reflexos em outras variáveis, como a remuneração domiciliar, concentração de renda e piora nas condições de moradia.

Por fim, percebem-se diferenças importantes de acesso à moradia e ao bem-estar urbano, sobretudo quando se trata de diferentes estratos de renda *per capita* e diferentes raças. Essas desigualdades já estão mapeadas, ainda que não perfeitamente, e podem ser combatidas pelos governos de quaisquer âmbitos interessados em melhorar a qualidade de vida de habitantes da capital do Rio Grande do Sul.

Dada a evidente dificuldade de Porto Alegre retomar seus indicadores anteriores à pandemia e avançar na direção de maior desenvolvimento humano e bem-estar urbano, é necessário que

capítulo 1 | Como estão as desigualdades e o bem-estar urbano?
Desemprego e pobreza em Porto Alegre

políticas urbanas, de emprego e de renda, de crédito, de assistência social, de educação etc. sejam pensadas e implementadas de forma a dar conta das desigualdades mapeadas, tomando-se uma cidade mais inclusiva, sobretudo para os mais pobres, para as mulheres e para os negros e indígenas.

Referências

ARAÚJO, Gizelda Rodrigues de; NASCIMENTO, Sônia Maria Rodrigues do. (2021). Trabalho doméstico: evolução histórica e os impactos da pandemia do Covid-19. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação-REASE**, São Paulo, v. 7, n. 6. jun. 2021. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20221001161413/https://www.periodicarease.pro.br/rease/article/view/1425>. Acesso em: 30 setembro 2022.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. (2010). **Determinantes da Queda na Desigualdade de Renda no Brasil**. IPEA. Texto para discussão, nº 1.460, p. 1- 23.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Manual do pesquisador: cadastro único para programas sociais do governo federal**. Brasília, DF: MDSA, 2018.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. **Carta de Conjuntura**. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – resultados da PNAD contínua do quarto trimestre de 2021. Nº. 54 — Nota de Conjuntura 21 — 1º Trimestre de 2022. Disponível em: https://web.archive.org/web/20221001162119/https%3A%2F%2Fwww.ipea.gov.br%2Fportal%2Fimages%2Fstories%2FPDFs%2Fconjuntura%2F220314_cc_54_nota_21_rendimentos_do_trabalho.pdf. Acesso em: 30 setembro 2022.

DE BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. (2000). Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, p. 15-42.

DE SOUZA, Solange de Cássia *et al.* **Revista de Economia e Agronegócio (REA)**, v. 19, n. 2, 2021. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20221001162218/https%3A%2F%2Fperiodicos.ufv.br%2Frea%2Farticle%2Fview%2F12046%2F7204>. Acesso em: 30 setembro 2022.

Fundação João Pinheiro (FJP). **Metodologia do deficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021a. 76p.

capítulo 1 | Como estão as desigualdades e o bem-estar urbano?
Desemprego e pobreza em Porto Alegre

Fundação João Pinheiro (FJP). **Deficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021b, 169 p.

HERCULANO, P. S. (2016). **A desigualdade vista do topo**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília (UnB). Brasília.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20221001162317/https%3A%2F%2Fwww.ibge.gov.br%2Findicadores>. Acesso em: 30 setembro 2022.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Déficit Habitacional no Espírito Santo com base no CadÚnico**. Vitória: IJSN, 2019.

LIMA, Alex Felipe Rodrigues Lima; PRADO, Ana Clara Ribeiro, CARDOSO, Felipe Pureza. **Déficit Habitacional nos municípios goianos**: uma leitura a partir dos dados do Cadastro Único dos anos de 2017 e 2018. Goiás: Instituto Mauro Borges (IMB), 2018.

MARSON, Natalia Giovanna. (2018). **O que faz as famílias superarem a extrema pobreza?** Um estudo a partir do Cadastro Único. Brasília: IPEA, 2018, 96f.

MEDEIROS, M. (2012). **Medidas de Desigualdade e Pobreza**. Brasília: Editora UnB.

SALATA, A. R.; RIBEIRO, M. G. (2022). **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre/RS, n. 08.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **IBEU: Índice de Bem-Estar Urbano**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20221001162359/https%3A%2F%2Fobservatoriodasmetrosoles.net%2Fibeu%2F>. Acesso em: 30 setembro 2022.

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. (Org.). **IBEU: Índice de Bem-Estar Urbano**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. (2020). Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **População**. Porto Alegre: DEE. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20221001163559/https://dee.rs.gov.br/populacao>. Acesso em: 30 setembro 2022.

WAISMANN, Moisés *et al.* **Carta do Mercado de Trabalho**. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20221001162844/https://biblioteca.unilasalle.edu.br/biblioteca/>. Acesso em: 30 setembro 2022.

RE REFORMA
UR URBANA E
DE DIREITO À
DC C I D A D E